

1.

Introdução

O presente trabalho tem como motivação minha experiência profissional enquanto assistente social na inclusão de famílias no Cadastro Único e execução do Programa Bolsa Família – PBF - do Governo Federal, num Centro Regional de Assistência Social - CRAS – na Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro – SMAS – onde, atendi um segmento da população que vive em situação de pobreza e/ou de extrema pobreza, constituída de: vítimas das mais variadas formas de exclusão social; residentes em áreas precarizadas e usuárias dos programas de assistência social.

A experiência profissional apoiada em diálogos e reflexões estabelecidos com os usuários do Programa Bolsa Família destacou a situação de vulnerabilidade social deles e despertou-me para uma discussão sobre a pobreza e os direitos sociais compreendidos nessa realidade.

Essa experiência junto ao Cadastro Único, em realidade, pôde ser registrada inicialmente em junho de 2004, quando a Prefeitura do Rio de Janeiro se tornou o órgão executor do Programa Bolsa Família. Em cada Pólo de Vigilância da Exclusão dos CRAS¹, foi designada uma equipe de assistentes sociais com a missão de incluir famílias em situação de pobreza e/ou extrema pobreza no Cadastro Único para o Programa Bolsa Família, de acordo com um perfil pré-estabelecido. Realizou-se uma breve capacitação sobre o programa de informática a ser utilizado como instrumento de trabalho. A equipe fazia a triagem verificando a documentação exigida aos candidatos ao Bolsa Família e analisava sua renda familiar para efetivamente fazer o cadastramento.

Para a operacionalização do Cadastro Único, a estratégia utilizada foi a articulação entre as Secretarias Municipais, sendo elas a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro - SMAS, através da CAS² - Coordenadoria de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro – SME, através da CRE – Coordenadoria Regional de Educação e Secretaria Municipal de Saúde – SMS, através da CAP –

¹ A partir do segundo semestre de 2006 os CEMASIS – Centros Municipais de Assistência Social Integrada passaram a ser denominados CRAS – Centros de Referência de Assistência Social.

² A Secretaria Municipal de Assistência Social está atualmente organizada em 10 sub-secretarias de proteção básica – CAS (Coordenadoria de Assistência Social).

Coordenação da Área Programática da Saúde. Sendo assim a SME encaminhava para SMAS as famílias que recebiam uma cesta básica e que a partir de então iriam migrar para o Programa Bolsa Família, seguindo um calendário enviado pelas escolas para o atendimento. A SMS encaminhava as famílias que participavam de Programas voltados para a adolescência, tuberculose, AIDS, entre outros, desde que as referidas famílias cumprissem os critérios do Cadastramento Único.

Assim, houve a inclusão de famílias que recebiam cestas básicas das Secretarias envolvidas (SME, SMS, SMAS), nos meses de junho, julho e agosto de 2004. E durante as primeiras semanas, recebia-se uma demanda de aproximadamente 200 pessoas ao dia que vinham encaminhadas das escolas (SME) pertencentes ao território da CAS, em seguida os usuários da SMS e SMAS, sendo necessário organizá-las em atendimentos diários conforme a disponibilidade operacional do Cadastro Único. O Pólo no início da experiência tinha só três máquinas, havendo disponível um computador para cada profissional onde eram cadastradas em média 12 famílias por dia, em cada uma.

Considerando a demanda dessas famílias, que se mostravam cada vez mais ansiosas pela manutenção do recebimento de uma cesta básica mensal, organizou-se uma agenda na qual a cada semana seria uma escola a realizar seus encaminhamentos. Ao criar-se a agenda de atendimento às famílias para serem incluídas no Cadastramento Único já solicitava-se aos responsáveis apresentarem um documento civil, a certidão de nascimento das suas crianças e o comprovante de endereço.

Causou-me um grande impacto a realidade que era desvelada nos atendimentos realizados, o que gerou uma inquietação crescente a respeito das múltiplas faces da questão social identificada nas famílias que procuravam se inserir no Programa como por exemplo: gravidez indesejada; grande número de filhos; ausência da figura paterna; nenhuma ou baixa escolaridade; desemprego; precária inserção no mercado de trabalho; moradia precária, cedida ou invadida; falta de saneamento e/ou estrutura sanitária; moradia de risco; documentação incompleta; entre outras. Frequentemente essas expressões sociais vinham articuladas entre si, gerando uma situação de extremo risco social.

Observava que a operacionalização do atendimento via informática era interessante, considerando a possível consolidação dos dados nacionais, mas de outro lado notava a capacitação insuficiente dos assistentes sociais para o conhecimento do sistema do Cadastramento Único. Foi tudo feito em um curto espaço de tempo. Ressalta-se também, o

*back up*³ dos cadastros que eram realizados diariamente através de um disquete e enviados semanalmente para a gestão do Cadastro, enfim, tudo muito burocrático. O prazo estipulado para a implementação do Programa não favoreceu, nesse primeiro momento de inscrição das famílias no Cadastro, a discussão com as mesmas sobre o processo, mas houve tempo para a construção coletiva de instrumentos de trabalho como: ficha técnica social, termo de responsabilidade de renda, acompanhamento escolar, encaminhamento para obtenção de documentação etc. Tais aspectos foram desenvolvidos no decorrer do Programa, pela equipe.

As principais dificuldades percebidas referem-se à grande demanda local no primeiro momento do Cadastramento, o que levou à necessidade de oferecer novas oportunidades para as famílias se cadastrarem; também, à violência na comunidade dificultando a circulação delas e causando medo às mesmas; à comprovação de moradia, onde as famílias, muitas vezes, apresentavam alguma carta ou contas de serviços públicos que não estavam nominais aos seus responsáveis; à apresentação de documentação incompleta, pois faltava até mesmo a certidão de nascimento, gerando uma demanda de atualização dos documentos civis para a família; e, ainda, à comprovação de renda, causando diversas discussões em torno dessas questões nos encontros com a gestão do Programa Bolsa Família.

Nos meses de junho, julho e agosto de 2005, no decorrer da realização do cadastro, a inquietação inicial perdurou, pois, percebia que apesar da implementação de políticas públicas no campo social, o agravamento da questão social se acentuava. Instigada por essa situação, nesse momento, ocorreu-me ir além do preenchimento do Cadastro e procurei saber junto às famílias que se inscreviam o que elas pensavam a respeito: De sua própria situação de pobreza? Do Programa em que se inscreviam? E que expectativas tinham sobre seu futuro? O que elas identificavam que contribuía para o agravamento da pobreza em que viviam? Quais as dificuldades encontradas para a superação da situação de pobreza e para o exercício efetivo da cidadania? Quais os motivos da procura exclusiva por Programas Sociais? Essas questões passaram a acompanhar por iniciativa própria o cadastramento das famílias. Famílias que após consulta aceitaram participar dessa abordagem.

Quanto ao Cadastro os óbices permaneceram os mesmos já observados anteriormente, ou seja, a dificuldade em comprovar o endereço a partir de uma documentação em nome dos responsáveis; a apresentação de documentação civil e a comprovação de renda vinham

³ *Back up* – apoiar, provar (um fato). Dicionário Michaelis Trilíngüe. Klick Editora. 2001.

incompletas demandando a geração e a atualização das mesmas. Na ocasião esses pontos ganham destaque nos encontros realizados com a gestão do Programa Bolsa Família.

Considerando esses aspectos algumas estratégias foram desenvolvidas pela equipe do CRAS. Uma referente à exigência de documentação completa que ia de encontro às dificuldades sociais apresentadas pelas famílias, o que levou a realizar encaminhamentos para obtenção de documentação utilizando a rede social de serviços gratuitos. Agendava-se as famílias prevendo um prazo para apresentação dos novos documentos, ou os seus protocolos. Foi elaborado um termo de comprovação de renda, quando as famílias não podiam comprová-la através da Carteira de Trabalho (o que era a maioria), para preenchimento descrevendo as formas, os serviços prestados e os rendimentos obtidos por meio do trabalho informal, datado e assinado. Isto dava oportunidade às famílias de se responsabilizarem por suas respostas e proporcionava a condição de ingresso no Programa.

Os meses de setembro, outubro e novembro de 2005 corresponderam à complementação e migração dos beneficiados do Programa Bolsa Escola e do Auxílio Gás para o Cadastramento Único, nesse período houve mais uma capacitação de assistentes sociais para um novo programa de informática desenvolvido pela Caixa Econômica Federal, que permitia confirmar se o usuário já estava cadastrado nos referidos programas. Consistiu em um programa ligado em rede, não sendo necessário gravar os dados diariamente em um disquete, sendo enviados através do sistema para a administração central. Nesse processo, especialmente de migração do Programa Bolsa Escola para o Programa Bolsa Família contou-se também com listagens das escolas pertencentes ao território. Cada profissional cadastrou em média 8 famílias por dia se estendendo ao longo do período para 15 famílias.

No momento de migração do Programa Bolsa Escola para o Bolsa Família houve uma diferenciação na comprovação documental no caso do representante legal ter falecido, pois passou a ser necessário a apresentação do atestado de óbito e o documento de guarda das crianças, para o cadastro ser atualizado com o novo representante legal. Permaneceram as exigências de apresentação da identidade; Cadastro de Pessoa Física - CPF; Título Eleitoral; Programa de Integração Social – PIS; Certidão de Nascimento; Certidão de Casamento e Carteira de Trabalho. Destaco, que no início, com a mudança para o sistema operacional em rede, viveu-se problemas operacionais tais como: lentidão para a realização do cadastro, queda constante do sistema, o que dificultava o cumprimento das metas para o

atendimento das famílias no prazo estabelecido o que provocou desgaste à equipe. As estratégias de enfrentamento às dificuldades sociais das famílias permaneceram.

Ainda se reafirma a condicionalidade em que beneficiários de 6 a 15 anos devem estar inseridos no sistema de ensino; crianças de 0 a 7 anos com o cartão de vacinação em dia e gestantes com o cartão de saúde atualizado referente ao pré-natal. Essa condicionalidade, se configura enquanto um aspecto positivo em relação à responsabilização da família pela garantia de inclusão dos filhos na rede escolar, vacinação e acompanhamento pré-natal, contudo exige uma integralidade dos serviços públicos para absorver a demanda, a qualidade do atendimento e o controle social.

Essa experiência de inclusão das famílias no Programa Bolsa Família através do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/SMAS, como um todo, possibilitou identificar relatos importantes deste público os quais despertaram-me, como já referido, para uma investigação para além do registro do Cadastro Único, na direção de suas condições de vida e dos processos de inclusão/exclusão social que experimentam. Sendo assim, o estudo que realizei nos meses de junho, julho e agosto de 2005; prosseguiu em novembro de 2006 e aprofundou-se em março de 2007.

O estudo ora apresentado tem como referência empírica 17 famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade social no município do Rio de Janeiro e em processo de inclusão no Programa Bolsa Família através do CRAS/SMAS em 2005. Esse material compõe um conjunto de dados que organizado e estudado pode dar visibilidade as famílias a respeito de suas fragilidades sociais, da pobreza que vivem e de suas expectativas para o futuro.

Portanto, no processo de pesquisa aqui descrito, tomo como base: a documentação oriunda de 17 entrevistas semi-estruturadas realizadas em junho, julho, agosto de 2005, na época da inscrição no Cadastro, assim como dos respectivos registros da Ficha Técnica Social preenchida; de 5 entrevistas realizadas em novembro 2006, ao final de um ano e três meses; e , por fim, de 4 entrevistas realizadas em março 2007 a partir de visita domiciliar.

A leitura da Ficha Técnica Social (2005) permitiu a elaboração do perfil dessas famílias, ressaltando os eixos de análise referentes a: idade; escolaridade; grau de parentesco; situação no mercado de trabalho; situação de saúde; situação jurídica; renda; moradia; participação político-social; entre outros.

Quanto às entrevistas realizadas em 2005 obteve-se as respostas às perguntas: Como o responsável soube do Programa Bolsa Família? Se o responsável conhece os objetivos e critérios do Programa Bolsa Família? Porque o responsável acredita que sua família está dentro dos critérios estabelecidos pelo Programa? E ao ser esclarecido sobre os critérios de pobreza e extrema pobreza: O responsável acredita que sua família está dentro dos critérios estabelecidos? E qual seria a expectativa do responsável para o futuro, a fim de que a família supere sua situação de beneficiária de Programas Sociais?

Na abordagem seguinte, em novembro de 2006 retorna-se a cinco famílias das 17 anteriormente estudadas, visando realizar uma nova entrevista acrescentando as indagações: Se a família foi beneficiada pelo PBF? Que mudanças foram observadas por ela? Qual a compreensão da família sobre a pobreza? O que corresponde ter autonomia para o responsável?

Por fim, na terceira abordagem em março de 2007, procura-se retomar o diálogo através de visita domiciliar a 4 famílias, onde indagou-se: Como o responsável se sente recebendo o benefício? Se deseja continuar? Até quando acha que precisa do auxílio? Qual a diferenciação observada entre as famílias que ganham o benefício e as que não ganham? O que tenta garantir para a família com o Programa? O que é importante? Que articulação, participação social a família realiza? Considera que esteja exercendo um direito ao receber o PBF? O responsável acha que está em condições de igualdade perante as outras famílias como um todo? Discute a questão dos direitos? Em que espaço isto se realiza? Qual o diferencial percebido entre a entrevista realizada para o Cadastramento Único e as correspondentes ao estudo realizado?

Vale observar que as questões não pretendiam alcançar respostas conceituais, mas, dar condições às famílias de desvelarem suas experiências na situação de beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

Analisou-se no momento do Cadastro e das entrevistas subseqüentes a disponibilidade dos usuários em discorrerem sobre o assunto da pobreza e da sua condição de vida. Eles foram esclarecidos que as perguntas do estudo não influenciariam na decisão do governo federal em conceder ou manter o benefício, e o mesmo era uma iniciativa da assistente social para conhecer a percepção deles sobre aquele momento de inclusão no Programa Bolsa Família, motivada pela situação adversa em que se encontravam, e também, como se tratava de um estudo, haveria o cuidado ético de resguardar suas identidades.

Referente aos procedimentos da pesquisa propriamente dita, tomou-se o cuidado metodológico na entrevista em deixar o entrevistado discorrer livremente sobre o tema proposto ou a pergunta formulada (NEVES et alli;1998:19). Dessa forma, a entrevista possibilitou dialogar com os responsáveis dessas 17 famílias em situação de vulnerabilidade social sobre sua condição social e as formas de superação da pobreza e de beneficiária de programas sociais, sem constrangimentos.

A investigação priorizou o estudo qualitativo, embora também tenha usado dados quantitativos, pois, segundo LAMNEK (1993) in NEVES et alli (1998), esse enfoque se consolida com o princípio da abertura, da comunicação, da processualidade, da reflexividade, da explicação e da flexibilidade (p.7). A pesquisa qualitativa trata das ações e representações dos pesquisados não como coisas estáticas, mas como processos na reprodução e construção da realidade social (p.8). Assim, busca-se uma abertura; um diálogo com os sujeitos pesquisados para que os mesmos se percebam como cidadãos em busca de direitos, e não só como um indivíduo que vai à procura de uma ajuda focalizada, destacando a interação que deve se estabelecer entre o profissional e o usuário, dando visibilidade às ações e a fala das famílias abordadas e em seu próprio contexto social.

NEVES et alli (1998) considera que a entrevista de pesquisa, portanto, para ter sucesso, deve tender a assumir a forma de uma conversa sociável, na qual o entrevistado recebe pistas e indicações que o levam a se adaptar a situação particular desse encontro. A comunicação entre os participantes vai se aproximar daquela que tem lugar entre iguais (p.21).

MINAYO (1992) aborda que é através das entrevistas que o pesquisador busca informações contidas na fala dos atores sociais. Esse instrumento possibilita a coleta de fatos relatados pelos autores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa. A autora refere-se a *comunicação verbal* a qual reforça a *importância da linguagem* e do *significado da fala*, dando *visibilidade a esses atores sociais*. Também é relevante porque consiste numa estratégia de compreensão da realidade ao retratarem as experiências vivenciadas, objetivando uma melhor aproximação e compreensão do fenômeno da pobreza e da exclusão social, utilizadas como categorias de análise, dentro do contexto da política de assistência social.

NEVES et alli (1998) ressalta que na entrevista semi-estruturada os entrevistados tem uma *participação ativa*, embora observa-se um roteiro mais ou menos preciso e ordenado

de questões, e apesar de observar um roteiro, o entrevistador pode fazer perguntas adicionais para elucidar questões ou ajudar a recompor o contexto (p.144). Na entrevista oral inclui-se a obtenção de informações amplas e detalhadas sobre processos sociais como em história oral e atestam-se relações implícitas, tensões, conflitos, sentimentos e ideologias que revelam os traços de uma época e seu contexto, onde este tipo de entrevista pode ser feita através de anotação simultânea (p.145).

Em consonância com esta pesquisa ressalto BERGER (1978) ao dizer que a situação de entrevista pode ser caracterizada como um processo de interação social, predominantemente, mas não apenas verbal. Esta caracterização é importante pois significa admitir que na situação de entrevista, cada indivíduo é influenciado e influencia o outro, age e reage de variados modos, produzindo alterações sobre o curso do diálogo, sobre as reações dos entrevistados e sobre os protocolos dos resultados obtidos pelo entrevistador (p.148).

O diálogo estabelecido no momento do Cadastramento Único e nos seguintes, possibilitou importantes conteúdos analisados neste estudo. NEVES et alli (1998) define adequadamente que se o pesquisador de fato estiver interessado em ir além de suas próprias impressões, deve levar em conta os problemas da interação verbal assimétrica; da não neutralidade das questões, do caráter denotativo e conotativo do discurso, dos lugares e posições sociais dos quais e nos quais o discurso é pronunciado (p.152). Esses cuidados estiveram presentes ao se estabelecer uma aproximação com as famílias incluídas no Programa Bolsa Família.

Bastante significativo foi conhecer suas histórias de vida, reveladas ao discorrerem sobre alguns temas relativos a pobreza e a expectativa para o futuro o que se configura no método em que o enfoque é a trajetória total ou parcial de um indivíduo, ou seja é o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu (Ibid. 1998:116). Pôde-se observar nas histórias de vida as explicitações sobre a situação de pobreza em que as famílias se encontram como consequência de violência, desemprego, baixa escolaridade, dependência química, entre outros fatores.

Assim, considerando a percepção desses usuários, pode-se compreender melhor o Programa, e, para além disso, se efetivamente emancipa e dá autonomia às famílias ou

apenas transfere valores monetários para minimizar a desigualdade social e manter o perfil existente, cujo sistema não prioriza os direitos conquistados.

A análise priorizou o método clássico e histórico, visando também, uma análise profunda e extensiva da realidade social. A pesquisa não se limitou ao conjunto dos documentos de onde é extraído o que se analisa, mas, também, o conjunto das circunstâncias de fatos que o acompanharam, ou seja, seu contexto humano, social e histórico, esclarecendo sua significação (DUVERGER:1996: p.101 a 104). Na abordagem dialética o sistema de relações sociais considera o processo social nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos, e também, a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os fenômenos sociais apresentam (MINAYO:1992).

PEREIRA in NEVES et alli (1998) ao discorrer sobre a análise de conteúdo enquanto um conjunto de instrumentos metodológicos e percebê-la como uma forma específica de *approach* do social, considera que o material que é submetido à análise de conteúdo apresenta a sua especificidade e necessita de tratamento diferenciado impondo uma constante recriação reflexiva. Ainda, enriquece a pesquisa exploratória aumentando a possibilidade de descoberta e permite uma confrontação constante entre o corpo teórico e as técnicas construídas. Transforma fenômenos “brutos” em dados que possam ser tratados cientificamente, a fim de que o conhecimento sobre o objeto possa ser construído. (p.105)

Neste sentido, este estudo contribuirá modestamente para debates e reflexões sobre o tema abordado, e permitirá um olhar sistematizado sobre o fenômeno da pobreza nas discussões teóricas e nas percepções das famílias assistidas socialmente. Considera-se como proposta de análise o Programa Bolsa Família, não só pela crítica dos documentos, mas também a partir dos sujeitos incluídos nele. Portanto, questiona-se em que medida o referido Programa está combatendo a fome, a pobreza e reduzindo as desigualdades sociais, diante das mais variadas formas de exclusão social, pois, o que se percebe é um Estado orientado por discurso político-econômico de ações contraditórias as quais afetam a promoção das condições reais de acesso à cidadania e não propõe um debate onde envolva o coletivo na participação política dentro da esfera pública.

Neste contexto, a exposição do trabalho ora apresentado está organizada nos seguintes capítulos:

No capítulo um, fiz uma introdução sobre a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL:2004) e sua implementação municipal enquanto direcionamento político-administrativo, destacando a proteção social a qual deve garantir, em especial, a segurança de sobrevivência, ou seja, de rendimento e de autonomia. Percorri as ações de assistência social que são desenvolvidas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, lócus da experiência, através dos serviços sócio-assistenciais desenvolvidos de acordo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ele é responsável pela execução dos serviços de Proteção Social Básica que visam o acompanhamento das famílias e a garantia de acesso às políticas sociais; e, dos de Proteção Social Especial que atendem a famílias e indivíduos os quais se encontram em situação de risco pessoal ou social. A seguir, abordei o Programa Bolsa Família, suas principais diretrizes e o seu panorama estatístico no município do Rio de Janeiro; dando destaque a algumas considerações governamentais e estudos realizados sobre o tema. Acrescentando, também, uma breve discussão sobre renda mínima e o conceito de pobreza e indigência no qual o Programa está condicionado.

No capítulo dois, realizei uma problematização teórica sobre a pobreza e a vulnerabilidade social a partir do diálogo entre especialistas sobre o assunto, os quais discorrem sobre a concepção e a medida da pobreza, entendendo-a como uma expressão multifacetada. A discussão direciona a compreensão da pobreza para além de seu aspecto monetário e material, apontando sua determinação também para a pobreza política. Logo após, analiso a questão dos direitos e cidadania, apoiando-me, entre outros autores, no pensamento arendtiano que discute a esfera pública e a esfera privada na política no sentido do ‘direito a ter direito’.

O capítulo três, refere-se ao estudo de 17 famílias incluídas no Cadastramento Único para o Programa Bolsa Família nos períodos correspondentes a junho, julho e agosto de 2005, caracterizando seu perfil a partir da ficha técnica social e os dados coletados na primeira fase de entrevista; a novembro de 2006 abordando os dados da segunda fase de entrevista com cinco responsáveis; e, a março de 2007 destacando a terceira fase de entrevista através da visita domiciliar com quatro responsáveis, sobre os quais realizo um estudo aprofundado dos mesmos, pois participaram de todas as etapas da pesquisa.

Discorro sobre as múltiplas faces da pobreza em seus aspectos econômico, social e político apresentando inicialmente a composição familiar, o nível de instrução, a renda, as condições de habitabilidade e a saúde. Ainda observei, entre outras questões, as famílias

monoparentais femininas, os avós que têm um papel de destaque na família; a ausência da figura paterna e a ocupação precarizada no mercado de trabalho. A seguir, dei continuidade ao diálogo no sentido de dar visibilidade para inclusão política e refleti com as famílias sobre os objetivos e critérios do Programa Bolsa Família, a expectativa das mesmas para o futuro, as mudanças percebidas após o recebimento do benefício, a compreensão dos responsáveis sobre a pobreza, a autonomia, a participação política, a igualdade e o direito. O estudo finaliza com a análise aprofundada da dinâmica das quatro famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família onde destaquei as transformações ocorridas de superação ou de acirramento da situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Por último seguem as conclusões, onde se evidencia que essas famílias têm como característica similar, além da situação de pobreza ocasionada pela privação material, a pobreza pela privação política; o isolamento social e a ausência de participação na esfera pública. É ressaltado que a pobreza não é apenas o resultado de se possuir uma renda familiar *per capita* insuficiente para o consumo, deve ser considerada em suas dimensões econômica, social e política. As famílias estudadas, enquanto esfera de sociabilidade política, se expressam em suas ações e opiniões de maneira incipiente no âmbito político, dessa forma, precisam romper com a *vulnerabilidade social transgeracional* ao afirmar enquanto *recurso social* a *participação efetiva na esfera pública*, pois, mostram neste estudo, apesar da carência de ações públicas, grande *potencial político*.